

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Juliana Holz Luz

**Educação escolar e apoio socioeducativo:  
um diálogo a ser construído.**

Porto Alegre  
2. Semestre  
2010

Juliana Holz Luz

**Educação escolar e apoio socioeducativo:  
um diálogo a ser construído.**

Trabalho de Conclusão apresentado a comissão de Graduação do Curso de Pedagogia . Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora:

Prof<sup>a</sup>. Ms. Maria Beatriz Gomes da Silva

Porto Alegre, RS  
2. Semestre  
2010

Ao concluir este trabalho quero agradecer...

... à Prof<sup>a</sup>. Maria Beatriz, que me acolheu como orientadora e contribuiu muito para a construção deste trabalho.

... à Prof<sup>a</sup> Laura Fonseca pela oportunidade em uma bolsa de extensão a qual contribuiu para a escolha da temática deste trabalho.

... à minha mãe Ana por ter me dado apoio, carinho e atenção em todos os momentos da faculdade.

... ao meu pai Rogério que sempre me deu apoio e carinho, mesmo não estando mais ao meu lado, sei que está olhando por mim.

... aos meus irmãos Lúcia e Rogério pelo apoio e pelas discussões a respeito do que é ser professor, afinal também o são ou virão a ser.

... ao Paulo (meu amor) que esteve sempre presente ao longo da faculdade, e foi quem sempre me incentivou e me apoiou nos bons momentos e também naqueles, em que me senti insegura em relação às minhas escolhas.

... à colega e amiga Adriana Prass com quem dividi todos os momentos bons e ruins, em quase todas as aulas, ao longo da faculdade.

... às colegas Camila e Tatiana com quem convivi nos últimos anos da faculdade e que de alguma forma contribuíram para minha formação.

... à minha família e aos meus amigos que sempre me deram apoio, e de alguma forma contribuíram para minha formação.

%Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino".

(Paulo Freire)

## RESUMO

O presente estudo versa sobre as possibilidades de diálogo e de articulação entre a escola pública e outro espaço educativo não-escolar vinculado a uma política pública da assistência social, a partir de indagações como: Qual o papel dos espaços educativos não escolares em relação aos sujeitos que o frequentam? Quais as aprendizagens desses sujeitos nesses espaços? Existe alguma possibilidade de comunicação e de diálogo entre as escolas e outros espaços educativos de seu entorno? Procuramos, assim, aprofundar os conceitos envolvidos no campo da educação não-escolar e entender que aprendizagens as crianças ou adolescentes desenvolvem nestes espaços e se contribuem ou não com a aprendizagem escolar. Estudiosos do tema como VIEIRA (2004), NUNES (2005), GOHN (2006), FONSECA (2008), SPOSITO (2008), TRILLA (2008) fundamentaram as análises efetuadas e MEKSENAS (2002), o caminho metodológico configurado com um estudo de caso consolidado por meio de entrevistas. Como campos educativos foram selecionados dois espaços frequentados pelas mesmas crianças e adolescentes: o Projeto Serviço de Apoio Socioeducativo do município de Porto Alegre (SASE) e uma escola pública estadual. O principal aspecto apontado por nossas análises indica a existência de limites, mas também de possibilidades de interlocução entre os dois espaços podendo, assim, beneficiar a aprendizagem das crianças e dos adolescentes.

Palavras-chave: apoio socioeducativo; educação escolar; educação não-escolar

## SUMÁRIO

<b>1 INICIANDO UMA JORNADA</b> .....	<b>7</b>
<b>2 ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO</b> .....	<b>12</b>
2.1 ESPAÇOS ESCOLAR E NÃO-ESCOLAR: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	12
2.2 EDUCADORES NOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR E NÃO ESCOLAR .....	16
2.3 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NÃO- ESCOLAR E O PODER PÚBLICO .....	19
2.4 A PRESENÇA DO PODER PÚBLICO EM UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO- ESCOLAR: SERVIÇO DE APOIO SÓCIOEDUCATIVO.....	21
<b>3 CAMINHO METODOLÓGICO</b> .....	<b>24</b>
<b>4 RETOMANDO AS PROBLEMATIZAÇÕES</b> .....	<b>26</b>
4.1 LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO ESCOLAR E APOIO SOCIOEDUCATIVO .....	26
4.2 A VISÃO DAS CRIANÇAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO ESCOLAR E O SOCIOEDUCATIVO.....	33
4.3 A CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIOEDUCATIVO: DIMENSÃO ASSISTENCIAL E DIMENSÃO EDUCATIVA.....	35
<b>5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES</b> .....	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>41</b>
<b>ANEXO A</b> Ë Entrevista gestor do Projeto SASE na FASC.....	<b>43</b>
<b>ANEXO B</b> Ë Entrevista do Coordenador SASE e Educadores do SASE.....	<b>46</b>
<b>ANEXO C</b> Ë Entrevista com as crianças.....	<b>54</b>
<b>ANEXO D</b> Ë Entrevista com a diretora e a professora da escola .....	<b>56</b>

## 1 INICIANDO UMA JORNADA

Ao longo do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) realizamos inúmeras experiências teórico/práticas que nos propiciaram aprofundar os conhecimentos adquiridos nas aulas da Faculdade de Educação (FACED) e, simultaneamente, vivenciar experiências diversas no âmbito da educação escolar e não-escolar. Nesse sentido, em cada semestre pudemos experimentar diferentes olhares sobre a educação em diferentes espaços. Passamos muitos momentos realizando observações e vivenciando algumas experiências em diferentes escolas. Da mesma forma, em outros momentos foi igualmente possível observar e vivenciar experiências em espaços educativos não-escolares. Em uma disciplina do segundo semestre de 2007 intitulada Seminário de Docência II: Infâncias, Juventudes e Vida Adulta (EDU 03056) tive minha primeira experiência em um espaço de educação não-formal ou não-escolar. No semestre seguinte, na disciplina Seminário de Docência III: Espaços Escolares e Não-Escolares e Gestão da Educação (EDU 03060), os estudantes puderam optar entre espaços escolares ou não-escolares para realizar um exercício de pesquisa, após refletirem sobre o conceito de gestão democrática e sobre as articulações possíveis entre a escola e outros espaços educacionais não-escolares.

Além das disciplinas acima referidas, durante o Curso pude atuar como bolsista de extensão nos projetos: [%D PETI<sup>1</sup> nas escolas da Grande Cruzeiro<sup>2</sup>](#)+e [%D PETI no socioeducativo da Grande Cruzeiro](#)+, ambos vinculados a Pró Reitoria de Extensão (PROEXT), desta Universidade. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, conhecido como PETI, é parte da política do Governo Federal que busca erradicar o trabalho infantil, através de pagamento de uma bolsa mensal entre R\$

---

<sup>1</sup>Programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Governo Federal) desenvolvido em parceria com os diversos setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil, que visa erradicar todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos e garantir que frequentem a escola e atividades socioeducativas. Disponível em: [http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso\\_PETI.pdf](http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PETI.pdf)  
Acesso em: 2010/1

<sup>2</sup> Denominação de uma região do município de Porto Alegre/RS, composta pelos bairros Medianeira e Santa Tereza. Disponível em: [http://www.observapoa.palegre.com.br/default.php?p\\_sistema=S&p\\_rop=10](http://www.observapoa.palegre.com.br/default.php?p_sistema=S&p_rop=10)  
Acesso em: 2010/1

25,00 e R\$ 40,00 (concedida a partir de um critério populacional), para cada criança que for afastada do trabalho por sua família e que estiver matriculada e frequentando a escola e Ações Socioeducativas e de Convivência (Jornada Ampliada).

Na condição de bolsista dos projetos vinculados à PROEXT, durante meu primeiro ano de atuação (2008), realizei observações em uma escola estadual e em uma escola municipal da Vila Cruzeiro. Eu assistia às aulas de turmas de séries/anos iniciais nessas duas escolas para conhecer os alunos e me inserir nesses espaços. Após conhecer esses sujeitos realizei, durante uma das idas à escola estadual, uma oficina com o objetivo de me inteirar de suas rotinas. O trabalho realizado na oficina consistiu num desenho ou numa redação feita pelos estudantes que representasse o que faziam pela manhã, pela tarde e à noite. Com esses desenhos e esses escritos consegui identificar algumas situações de trabalho infanto-juvenil. Também participei como mediadora das formações para os educadores do espaço socioeducativo. Essas formações foram realizadas na Vila Cruzeiro, tendo por objetivo levar os referidos educadores a problematizarem algumas situações vivenciadas no seu cotidiano, junto às crianças e adolescentes frequentadores daquele espaço. Tais problematizações se faziam necessárias, pois o atendimento oferecido pelos educadores sociais<sup>3</sup> frequentemente ficava restrito a cuidados comportamentais de natureza disciplinar, provavelmente porque poucos educadores tinham formação específica para atuar junto a crianças e adolescentes oferecendo-lhes atividades educativas planejadas. Na verdade, o trabalho realizado por esses educadores consistia em auxiliar nas atividades da escola e nas horas da alimentação e, ainda, educá-los no sentido de receberem bem as pessoas que vinham muitas vezes voluntariamente realizar oficinas diversas como música, dança, fotografia e construção de objetos a partir de sucata.

No segundo ano (2009) continuei meu trabalho somente na escola estadual, pois mais um bolsista ingressou no Projeto para realizar o trabalho na escola

---

<sup>3</sup> Segundo RIBEIRO (2006) educador social é definido como um militante ou um funcionário que busca uma forma de trabalho assalariado, mesmo que destituída da proteção de leis trabalhistas, dificultando o estabelecimento de fronteiras entre os diferentes educadores sociais, cujo trabalho também pode ser caracterizado como de educação popular e/ou não-formal. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a09v27n94.pdf> Acesso em: 2010/1

municipal. Este trabalho me fez conhecer outras realidades e também ver que são poucas as articulações entre a escola e os espaços de apoio socioeducativo. Na maioria das turmas observadas, poucos professores sabiam que seus alunos frequentavam outro espaço educativo no contra turno da escola. Essa constatação levou-me a crer que as escolas, em geral, desconhecem possibilidades educacionais diferentes e complementares as que oferecem e, portanto, não articulam o saber escolar com outros saberes. Naturalmente, isso me fez pensar que também o socioeducativo da região da Vila Cruzeiro possa não ter feito, ou ter feito parcialmente, algum movimento no sentido de buscar aproximações com as escolas de seu entorno. Acreditando, desde os estudos realizados durante a graduação, que essa articulação é importante para o enriquecimento do conhecimento que ambos os espaços propiciam, compreendi a necessidade de investigar as possibilidades de diálogo entre os espaços escolares e não-escolares. Assim, entendo que esse estudo, poderá indicar aos professores e aos educadores sociais a importância da articulação e do diálogo entre diferentes espaços educativos como forma de ampliar e aprofundar a aprendizagem dos alunos.

TRILLA (2008) propõe que a educação não-escolar e a educação escolar devem adequar suas propostas para permitir e promover a coordenação de atividades que possam ser comuns, aperfeiçoando a complementaridade e evitando duplicidades entre as duas formas de oferta. Destaca o autor que a educação escolar poderia ser complementada pela não-escolar e vice-versa, visto que nenhuma pode atender isoladamente todos os aspectos e dimensões da educação.

Assim, motivada pela possibilidade de contribuir para o estabelecimento desse diálogo é que decidi realizar o presente estudo num espaço educativo não-escolar, por ser esse um espaço ainda pouco conhecido e investigado por pedagogos, uma vez que na formação desses profissionais a ênfase recai, sobre o exercício da docência no âmbito da educação escolar. Quanto a esse aspecto cabe lembrar que, de acordo com o que apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia existem outras possibilidades de atuação para os pedagogos, como se observa no excerto, a seguir:

[...] a formação em Pedagogia inicia-se no curso de graduação, quando os estudantes são desafiados a articular conhecimentos do campo educacional com práticas profissionais e de pesquisa, estas sempre planejadas e supervisionadas com a colaboração dos estudantes. Tais práticas compreendem tanto o exercício da docência como o de diferentes funções do trabalho pedagógico em escolas, o planejamento, a coordenação, a avaliação de práticas educativas em espaços não-escolares, a realização de pesquisas que apoiem essas práticas (Parecer CNE/CP nº 5/2005, p. 6).

Logo, partindo das vivências como aluna e como bolsista de extensão em espaço não-escolar, as problematizações que ainda me instigam são:

O que levou a criação de espaços educativos não-escolares como o socioeducativo da Vila Cruzeiro? A qual setor governamental esses espaços estão vinculados? Qual o papel desses espaços em relação aos sujeitos que o frequentam? Quais são aprendizagens desses sujeitos nesses espaços? Há relação com as aprendizagens escolares? Existe alguma possibilidade de comunicação e de diálogo entre as escolas e outros espaços educativos de seu entorno?

Assim, busco com este estudo compreender os motivos que levaram o Poder Público a criar espaços não-escolares para atender crianças no contra turno da escola e, ainda, entender que aprendizagens as crianças ou adolescentes desenvolvem neste espaço e se contribuem ou não com a aprendizagem escolar. Também busco aprofundar os conceitos envolvidos no campo da educação não-escolar, buscando compreender o contexto em que a mesma passou a ter maior visibilidade.

Procurando alcançar tais objetivos selecionei como espaço educativo não-escolar uma das políticas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, apresentados no art. 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente . ECA (Lei Nº 8069/1990) que dispõe sobre a proteção integral à criança e do adolescente. Trata-se, neste caso, do Serviço de Apoio Sócio-Educativo (SASE) oferecido pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), da Prefeitura de Porto Alegre/RS.

O caminho metodológico traçado para alcançar os objetivos traçados, se configurou num estudo de caso, fundamentado em MEKSENAS (2002). Para coleta de dados foram feitas entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos envolvidos no

Projeto SASE e como contraponto, as entrevistas também foram realizadas em uma escola pública.

A revisão teórica constituiu-se de um estudo sobre os temas da educação escolar e não-escolar, quem são seus profissionais, o papel do poder público nos espaços de educação não-escolar e também sobre os espaços de socioeducativo. Para este estudo revistei autores como GOHN (2006), GADOTTI (2005), SPOSITO (2008), TRILLA (2008), NUNES (2005), FONSECA (2008), VIEIRA (2004).

A partir dos dados empíricos, na primeira subseção foram analisados os limites e as possibilidades de se estabelecer uma interlocução entre o espaço escolar e o espaço socioeducativo; na segunda subseção foi analisada a visão das crianças sobre a relação da escola com o socioeducativo e, finalmente na última subseção foi analisada a criação dos espaços de socioeducativo na dimensão assistencial e na dimensão educativa.

O conjunto das análises efetivadas mostrou indícios quanto à possibilidade de se estabelecer um diálogo entre a escola e o socioeducativo, se houver um investimento por parte dos gestores da política educacional e da política assistencial. Mostrou, ainda, que a promulgação do ECA contribuiu para tornar evidente a dimensão educativa nos espaços de educação não escolar. Por fim, são apresentadas algumas considerações acerca das contribuições deste estudo para que a escola e o socioeducativo investigados percebam a possibilidade de um diálogo e de uma articulação, com o objetivo de aprofundar e de enriquecer as experiências de aprendizagem das crianças e dos adolescentes que atendem conjuntamente.

## 2 ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO

Segundo alguns autores como GADOTTI (2005), GONH (2006) e TRILLA (2008), podemos dizer que a educação está presente em muitos espaços da sociedade atual, por meio de políticas que buscam garantir o acesso de todos a esse bem cultural. Dessa maneira, além da escola, espaço educacional já de muito tempo consagrado, outros foram e continuam sendo instituídos para a oferta da educação não-escolar, mas sem estabelecer com essa uma concorrência, no sentido de destituí-la de sua função social, ou de substituir seus professores por outros profissionais da educação. Procuo, nesta seção, discutir esses conceitos buscando compreendê-los e diferenciá-los com o auxílio de autores que os discutem há mais tempo. Procuo, ainda, discutir sobre a presença do Poder Público em espaços de educação não-escolar valendo-me de estudos que vêm sendo realizados já há algum tempo neste campo e, a título de ilustração, destaco a forma como tal presença se torna concreta, no espaço selecionado como objeto desta investigação.

### 2.4 ESPAÇOS ESCOLAR E NÃO-ESCOLAR: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

A educação formal ou escolar tem objetivos claros e específicos, e depende de uma diretriz educacional em nível nacional, sendo oferecida em espaços historicamente consagrados como espaços de aprendizagem, denominados escolas ou instituições de ensino. Então, todas as escolas, universidades e demais instituições educativas inseridas num sistema de ensino determinado e oficialmente instituído são regidas pela mesma regulamentação estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (Lei Nº 9394/1996) e pelas normas nacionais, estaduais e municipais que a regulamentam.

Diferentemente, a educação não-formal ou não-escolar é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática e não precisa necessariamente seguir uma mesma diretriz nacional, nem estar vinculada a qualquer sistema de ensino oficial. Mas ela

também tem planejamento, conteúdos, avaliação e certa hierarquia e burocracia, além de fornecer certificados (GADOTTI, 2005). Como se percebe pela análise do autor, enquanto a primeira está fortemente atrelada a regras oficialmente instituídas, a segunda, mesmo não prescindindo de questões técnico pedagógicas, define com liberdade seus conteúdos e a forma de ministrá-los e avaliá-los.

Distanciadas, portanto, quanto à escolha curricular e suas decorrentes práticas e quanto às configurações espaciais e temporais, aproximam-se quanto ao fato de possuírem uma intencionalidade que, em ambos os casos, independentemente de ideologias e campos do conhecimento, denotam o desejo de oportunizar aprendizagens no público a que respectivamente atendem. Assim, Gohn (2006) aponta os objetivos ou as intenções de cada um dos dois campos apresentados:

Na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagens de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais destaca-se o de formar o indivíduo como cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc. [...]. A educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimentos sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. (GOHN, 2006, p.29).

Percebe-se, assim, que a educação formal está atrelada a objetivos comuns que são historicamente definidos e normatizados pela mesma diretriz. Já a educação não-formal tem seus objetivos construídos com os sujeitos, a partir de suas necessidades e fortemente atrelados a formar cidadãos ativos em busca de seus direitos.

Ao contrário da educação formal que, conforme assinalamos, costuma ser realizada em instituições marcadas historicamente e reconhecidas em todos os lugares, como escolas ou universidades, a não-formal se realiza nos mais diferentes espaços, desde a cedência de algum espaço escolar ocioso em algum momento do dia, até em espaços adaptados de associações de moradores, de igrejas, de sindicatos e de outros locais públicos ou privados.

Gohn (2006) aponta que a educação não-formal é aquela que se aprende no mundo da vida+, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas+. Interpretando a afirmação da autora entendemos que essa educação poderia dar conta das questões vividas no dia a dia. Continuando com Gohn:

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacidade dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GONH, 2006, p.28).

Pensando sobre essas várias dimensões da educação não-formal percebo que ela compreende desde a aprendizagem dos direitos básicos da cidadania até outras aprendizagens que possibilitem aos indivíduos compreenderem o mundo para nele se inserirem e desenvolverem o sentimento de pertença. Essa citação me ajuda a entender os motivos que levaram a autora a definir a educação não-formal com a expressão no mundo da vida+. Por ter várias dimensões ela expande e intensifica as aprendizagens que advém das experiências concretas vividas em diferentes espaços sociais.

Mas então por que dizer que uma é formal e a outra é não-formal quando se percebe que ambas possuem formalidades? Continuando com Gadotti (2005), observa-se que para o senso comum, o não-formal, se remete a uma falta em relação à escola, como se a informalidade não pudesse estar presente neste espaço. Pensando assim não poderíamos ter espaços cedidos pela escola para a oferta de educação não-formal. É o próprio Gadotti (2005, p.2) que continua dizendo: Toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente: o espaço da escola é marcado pela formalidade, pela regularidade, pela seqüencialidade+.

Então o que marca a não formalidade na educação não-escolar, além do espaço, é a emergência de seus objetivos e conteúdos, a temporalidade variável e a

busca espontânea dos que dela participam. Sposito (2008) contribui com esse debate nos trazendo a ideia de que, ao contrário da educação escolar de caráter obrigatório, a não-escolar implica na participação voluntária dos sujeitos que a procuram. A mesma autora destaca, ainda que em geral, essas duas modalidades educativas ocorrem de modo totalmente paralelo; não há pontos de contato (SPOSITO, 2008, p. 88). Ela ainda conceitua como educação escolar aquela que pertence a um sistema de ensino, que envolve conteúdos, planejamento e, também tem um grau mais elevado de institucionalidade e como não-escolar a que mesmo estando além de um sistema de ensino, ainda assim, em muitos casos, possui propostas fortemente estruturadas e com bases institucionais sólidas.

Gohn (2006) trabalha com um conceito de educação mais amplo apontando a necessidade da articulação entre os campos da educação formal, informal e não-formal e destacando sua importância no sentido de promover a inclusão social. Recomenda, também, que essa articulação se faça com urgência para dar vida e viabilizar mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo (GOHN, 2006, p. 37). Para isso, continua trazendo a ideia de que as escolas podem ser centros de referências civilizatórios nos bairros onde se localizam.

Partindo dessa premissa, entendemos que tal orientação impõe o estabelecimento de um diálogo crítico, mas construtivo e respeitoso entre o espaço escolar e o não-escolar, mediado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, em atendimento ao que estabelece o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que destaca: a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ressaltamos que não se trata de hierarquizar espaços educativos diferentes, mas, sim, de dar concretude a uma intenção comum que os aproxima: **formar para o exercício da cidadania.**

Para que isso aconteça, no entanto, é preciso repensar o papel dos educadores escolares e não-escolares, incluindo em suas respectivas formações elementos teóricos que os capacitem a inaugurar práticas de cooperação na resolução de problemas que marcam, muito especialmente, crianças e jovens das camadas de menor poder aquisitivo.

## 2.2 EDUCADORES NOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR E NÃO ESCOLAR

Os diversos espaços de educação da sociedade atual possuem seus profissionais. Gohn (2006, p.29) aponta alguns desses: %Na educação formal sabemos que são os professores. Na não-formal, o grande educador é o %outro+, aquele com quem interagimos ou nos integramos.+

Essa afirmação nos possibilita perceber que os profissionais da educação escolar têm seu perfil bastante delimitado enquanto os da educação não-escolar possuem perfil variado. Ao afirmar isso, a autora não pretende cunhar uma expressão pejorativa que possa depreciar a importância desse %outro+. Ao contrário, o que a autora pretende ressaltar é a existência de outros saberes no seio da sociedade que se tornam uma ferramenta imprescindível para a exigência de cumprimento dos direitos básicos da população, em diferentes circunstâncias. Exemplos concretos são os vários movimentos da sociedade civil e as organizações não governamentais (ONGs) que se articulam e se mobilizam com objetivos claros de conquistarem seus direitos à terra, à moradia, à educação de qualidade, dentre tantos outros. Percebe-se, assim, que esse %outro+ é possuidor de um conhecimento sobre direitos sociais até pouco tempo ausente do PPP da escola.

Portanto, os professores integram uma categoria profissional visivelmente conhecida e consolidada por uma forte ligação entre seus pares. No setor público, se forem concursados, possuem direitos trabalhistas e estabilidade. Alguns também possuem uma formação continuada e tempo para planejamento em serviço. Já os profissionais da educação não-escolar nem sempre possuem direitos trabalhistas e estabilidade. Segundo Sposito (2008, p.91), %Em geral, os educadores sociais ou animadores ou educadores contam com poucos espaços de formação e apoio, sendo obrigados a improvisar e a planejar atividades em meio a recursos humanos e materiais escassos.+

Vemos com isso que a educação não-escolar não possui uma delimitação fechada a respeito desse %outro+, que é responsável pelo desenvolvimento de projetos educativos. É possível compreender essa falta de delimitação, em se tratando de movimentos espontâneos como os indicados anteriormente, pois eles

representam uma explosão reivindicatória de um direito e acabam sendo liderados por membros da própria sociedade, via de regra, com alguma trajetória político-partidária. No entanto, quando os espaços de educação não-escolar representam uma iniciativa do Poder Público em cumprimento a algum estatuto legal, há que se atender a necessidade de preparo por parte dos educadores escolhidos para promoverem atividades que deem conta de alcançar os objetivos legais. No entanto, como afirmou Sposito (2008), a realidade mostra que muitas vezes não são destinados recursos suficientes para a qualificação dos educadores que atuam nos espaços da educação não-escolar.

Em relação às respectivas formações destacamos que a maioria dos professores possui uma formação específica para o exercício de sua profissão, pois esta é uma exigência legal determinada no Título VI (dos profissionais da Educação) e no § 4º do Artigo 87 da LDB. Já para os profissionais da educação não-escolar, que atuam em espaços educativos não-escolares, mantidos pelo Poder Público, não existe a exigência de uma formação nem específica e nem mínima. Como consequência, formações diferenciadas são aceitas para a realização desse trabalho fazendo com que alguns educadores se percebam poucos capacitados para o trabalho que desenvolvem. Vieira (2004), em seu estudo realizado no projeto Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto (ASEMA), no município de Pelotas, apontou que a falta de exigência de uma formação específica dos educadores sociais, levou a coordenação do projeto a proporcionar cursos de formação. Assim, percebemos que mesmo sem a exigência legal impõe-se a necessidade de oferecer formação aos educadores que atuam nos espaços socioeducativos. Experiências como essa demonstram o embrião de uma nova categoria de profissionais da educação ou de uma nova função para os pedagogos. Romans et. alii. (2003) apontam que:

O perfil do profissional e as competências que os educadores sociais necessitam estão se tornando claros à medida que vão se definindo as funções de ditos profissionais por meio a difusão de estudos sobre o tema, da especificação de tarefas que as Administrações Públicas fazem dos membros, das contribuições provenientes das associações que trabalham no campo social e da reflexão que os próprios educadores realizam sobre a prática. (ROMANS et. al., 2003, p. 115).

Tudo isso evidencia que a função do educador social ainda está sendo constituída. O mesmo autor definiu as funções dos educadores sociais segundo o meio onde eles atuam:

- 1.As funções no meio externo são aquelas que se realizam desde uma instituição para o meio aberto ou exterior.
- 2.As funções no meio interno são aquelas que se realizam dentro de uma escola ou entidade.
- 3.As funções de gestão são aquelas que se desenvolvem indistintamente em um ou em outro meio. (ROMANS et. al., 2003, p. 116)

Podemos observar, assim, que os educadores sociais têm uma mesma nomenclatura, não dependendo dela para a função que exercem. O educador social poderá assim exercer seu trabalho em distintos meios, como também em distintos cargos. Podemos também definir a função segundo o espaço que esse educador social irá trabalhar. Vieira (2004) definiu os educadores sociais como pessoas sem formação pedagógica, que trabalham diretamente no atendimento das crianças e/ou adolescentes. O trabalho desses educadores sociais está ligado ao espaço e ao meio em que esse irá exercer alguma atividade. Dessa maneira podemos dizer que uma definição fechada desse educador não pode ser feita sem levar em conta essas variáveis.

Outro ponto que também deve ser levado em conta é em relação à presença do Poder Público nesse espaço. Essa presença e os objetivos dos projetos oferecidos podem modificar a forma como esse educador social será definido. Fonseca (2010) aponta em seu estudo, que essa categoria, denominada educadores sociais foi constituída a partir das políticas sociais de defesa dos direitos da infância e da adolescência. A mesma autora também aponta a existência de educadores de socioeducativo inseridos nas comunidades onde trabalham, pois isso possibilita um conhecimento do contexto local e da vida das crianças e dos adolescentes atendidos. Após situar sobre os educadores do espaço não-escolares, considera-se importante situar o leitor sobre o contexto da educação não-escolar e o poder público.

### 2.3 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NÃO- ESCOLAR E O PODER PÚBLICO

A educação não-escolar sempre esteve presente na sociedade. Os estudos sobre ela é que tem sido mais relevantes nos últimos tempos. Segundo Trilla (2008), a educação não-formal começou a ser vista como uma necessidade educacional devido a alguns fatores. Dentre esses fatores, a exigência de mais educação para o ingresso no mundo do trabalho provocou o aumento da demanda educacional e fez com que setores excluídos começassem a se interessar por alguma formação. Também as transformações na sociedade fizeram com que a capacitação profissional se modificasse sem que as escolas conseguissem acompanhar as mudanças. Ainda, o aumento do tempo livre também fez com que novas ações educativas se tornassem necessárias. Por outro lado, mudanças na estrutura familiar levaram novas instituições a desempenharem algumas atividades até então restritas aos laços parentais. Também a presença crescente dos meios de comunicação no cotidiano das pessoas, o desenvolvimento tecnológico e a possibilidade do ensino a distância geraram novas oportunidades de acesso à educação. Sobretudo, o crescimento da população marginalizada como consequência do empobrecimento e dos conflitos presentes no reordenamento social daí decorrentes, produziram a necessidade de implantação de novas ações educativas, como forma de tratar com igualdade e justiça os que durante muito tempo ficaram, e ainda ficam, distantes do bem cultural chamado educação.

Naturalmente esses fatores se interligam e interpenetram, tornando difícil estabelecer as fronteiras entre um e outro. Atualmente temos visto, por exemplo, muitos pais trabalharem o dia todo e retornarem a casa somente à noite. Isso vem fazendo com que a escola e outras instituições educacionais se preocupem e se ocupem em cuidar e educar as crianças em tempo integral.

Segundo Campos e Campos (2008), a educação para além da escola está sendo compreendida por alguns projetos como meio eficaz para promoção da equidade social.+(2005, p. 242). As autoras continuam sua reflexão afirmando que: a educação, tomada como estratégia para o alívio da pobreza, sustenta-se ainda na

lógica das políticas redistributivas compensatórias<sup>4</sup>, contrária, em sua essência, as bases que ancoram as políticas redistributivas estruturais<sup>5</sup> (2005, p. 244). Dessa forma, entende-se que a educação não-escolar vem sendo ampliada em função dessas políticas. Trilla (2008) mostra que a educação não-formal tem âmbitos: âmbito da formação ligada ao trabalho, âmbito do lazer e da cultura, âmbito da educação social e âmbito da própria escola. Dentre esses âmbitos podemos ver a presença do Poder Público atuando com políticas públicas. Aoyama (2008) aponta para a ampliação do terceiro setor<sup>6</sup>:

É possível afirmar, com base em um estudo realizado que na esteira da redefinição do papel do Estado e da configuração e ampliação do terceiro setor, tem-se o desenvolvimento, na atualidade, de uma nova modalidade educativa, identificada muito mais pelo que ela não é do que propriamente pelo o que a caracteriza. Trata-se da educação não formal. (AOYAMA, 2008, p. 8)

Constata-se, assim, que a educação não-escolar está fortemente atrelada ao terceiro setor. O Poder Público está presente na educação não-escolar somente como aquele que propõe as políticas para articular Estado e sociedade civil e também Organizações Não Governamentais (ONGs) e setor privado.

Sposito (2008) aponta que a educação não-escolar está sendo concretizada em programas educativos oferecidos principalmente pelo Poder Público em parceria com organismos da sociedade civil. Outro ponto que a autora aponta é a idéia de um tripé que fundamenta programas públicos para jovens moradores de bairros populares, com famílias de baixa renda per capita:

Enfim, esse tripé . renda, programas educativos e atividade comunitária . tem sido um fundamento de muitas iniciativas, compreendendo importante

---

<sup>4</sup> Políticas redistributivas compensatórias são: distribuição de bolsas, de bens e serviços para os mais pobres ou os muito pobres. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000400006&script=sci\\_arttext&tlng=en%5D](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000400006&script=sci_arttext&tlng=en%5D)

Acesso em: 2010/1

<sup>5</sup> Políticas redistributivas estruturais que envolveriam reformas em profundidade, como a reforma agrária e a reforma tributária [...] Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000400006&script=sci\\_arttext&tlng=en%5D](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000400006&script=sci_arttext&tlng=en%5D)

Acesso em: 2010/1

<sup>6</sup> Gohn (1999) define o terceiro setor como sendo as parcerias entre o público estatal e o chamado público não-estatal.

diversidade. Em geral, as prefeituras, quando adotam tais orientações, não são responsáveis pela execução. Ocorre o repasse de recursos para associações comunitárias, ONGs ou entidades religiosas que se responsabilizam pela implementação da proposta. (SPOSITO, 2008, p. 89).

Com isso podemos dizer que a educação não-escolar está atrelada predominantemente ao gerenciamento da sociedade civil, que recebe recursos do Poder Público e organiza esse espaço. Podemos ver esse movimento no espaço analisado na próxima seção.

#### 2.4 A PRESENÇA DO PODER PÚBLICO EM UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO-ESCOLAR: SERVIÇO DE APOIO SÓCIOEDUCATIVO

Segundo Nunes (2005), o ECA traz como principais avanços para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes o

[...] esforço de regulamentação da atividade jurídica, tanto em termos de aplicação de medidas judiciais quanto em termos de controle sobre as instituições que hoje prestam assistência e/ou atuam no âmbito da aplicação das medidas destinadas aos que estão em conflito com a Lei. (NUNES 2005, p. 88).

Constata-se, assim, que com a instituição do ECA agora as instituições podem ser controladas pelo Estado. Continuando com a autora:

De acordo com a Constituição Federal, o ECA se organizaria de acordo com a municipalização, a partir de ações coordenadas entre as instâncias locais articuladas às esferas estaduais e federal. O principal objetivo dessa descentralização seria democratização e o controle social sobre estas ações, além de evitar a pulverização de recursos em ações paralelas, sem controle por parte da sociedade civil organizada. O município, através da política municipal da criança e do adolescente, coordenada pelo Conselho Municipal, deveria ser capaz de elencar as prioridades no atendimento, bem como controlar as ações das instituições nele envolvidas. (Nunes, 2005, p. 90).

Dessa maneira o Serviço de Apoio Socioeducativo pode ser considerado como uma resposta do Poder Público demandada, inicialmente, pelo Art. 86 do ECA, que dispõe:

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. (BRASIL, Lei Nº 8.069/1990)

Como se observa no Artigo citado, o direito é o princípio orientador da Política de Atendimento estabelecida no ECA e as diferentes esferas do Poder Público (União, Estados e Municípios) devem atuar de forma compartilhada para garanti-lo. Outros instrumentos legais reforçam essa proteção integral das crianças e adolescentes. Vieira (2004) aponta a CF/1988, a LDB, a Lei Orgânica de Assistência Social . LOAS (Lei Nº 8.742/93), a Lei de Ação Civil (Lei N.º 7.347/ 85), a Lei de Proibidade Administrativa (Lei N.º 8429/92), a Lei de Responsabilidade (Lei N.º 1.079/50), o Decreto-Lei n.º 201 de 27/02/1967 e as Normas Procedimentais do Código de Processo Civil, do Mandado de Segurança e da Ação Popular. Vieira (2004) aponta ainda que %essas disposições legais expressam um longo movimento da sociedade civil na busca de garantias sociais e educacionais à infância e à juventude+(2004, p.158). Esses instrumentos ajudaram a sociedade civil a implantar serviços de proteção as crianças e aos adolescentes.

No artigo 87, o ECA define que as linhas de ação dessa política contemplam as políticas sociais básicas (Art. 87; Inciso I) incluída, portanto, a educação, dado seu caráter universal. Já o Artigo 88, dentre as diretrizes da política de atendimento define a municipalização (Inciso I) e a %criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa (Inciso III). Mais adiante, o Artigo 90 define, dentre outras formas, o %apoio sócio-educativo em meio aberto+(Inciso II) como um dos regimes a serem garantidos pelas %entidades de atendimento+.

Do até aqui exposto, compreende-se que o apoio socioeducativo integra a Política de Atendimento do ECA, e de um conjunto de leis e, ainda, que neste Estatuto se encontram todos os procedimentos que as entidades governamentais e não-governamentais devem realizar para poderem se inscrever a participar dos programas mantidos pelo Poder Público.

A partir desse contexto legal foi criado em Porto Alegre o Serviço de Apoio Sócio-Educativo (SASE), projeto coordenado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). O SASE é definido como um espaço que atende crianças e adolescentes dos sete aos catorze anos de todas as regiões da cidade. O SASE fornece apoio sócio-educativo, garantia de proteção social para crianças vulneráveis econômica e socialmente. Ele é desenvolvido no turno inverso ao da escola, oferece alimentação, apoio pedagógico e psicossocial e, também, encaminhamento aos serviços de saúde. (Site Prefeitura POA<sup>7</sup>).

O SASE foi criado em Porto Alegre em 1999, como uma política pública para o município. O projeto foi desenvolvido e sendo adaptado ao longo dos anos. Atualmente o programa atende em Porto Alegre 7045 crianças e adolescentes, em instituições da rede própria e em instituições conveniadas (Rocha, 2007).

Segundo Fonseca (2009), o apoio socioeducativo dá-se no contraturno da escola, para crianças e adolescentes atendidas por educadoras, recebendo duas refeições diárias . café/lanche e almoço.+ (2009, p.79). A autora aponta que um socioeducativo deve dar conta de ajudar as crianças e os adolescentes nas tarefas escolares, atividades esportivas, artísticas e culturais.

Percebe-se até aqui que o SASE tem um papel importante na vida dessas crianças e adolescentes que muitas vezes não receberiam isso se ficassem em casa. Porém essa política tem indícios de fazer parte dos programas desenvolvidos para promoção da educação como alívio a pobreza, visto que a alimentação e a educação têm papéis importantes nestes espaços. Nesses casos o Poder Público implementa programas de caráter social para tentar minimizar as desigualdades.

---

<sup>7</sup> [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p\\_secao=73](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=73).

### 3 CAMINHO METODOLÓGICO

Para caracterizar este estudo como científico, se faz necessário, além do objeto específico da pesquisa, a escolha de uma metodologia, para que se capture o máximo possível de informações que ajudem a compreender e a analisar o fenômeno estudado, pelo menos em uma de suas dimensões. No caso deste estudo, o objeto de nossa investigação foi analisado em sua dimensão educacional, por entendermos que mesmo vinculado a uma política assistencial, se constitui em um espaço educativo não-escolar.

O estudo foi realizado sobre uma unidade de SASE, de uma região de Porto Alegre, vista e analisada também, a partir de seus condicionantes sócio-estruturais, constituindo-se, assim, em um estudo de caso.

Segundo Meksenas (2002), o estudo de caso é definido como um método de pesquisa empírica que conduz a uma análise compreensiva de uma unidade social significativa (2002, p.118). Dessa maneira esta investigação pode ser caracterizada como um estudo de caso, pois incidiu sobre uma unidade social significativa por oferecer atividades educativas em um espaço não-escolar destinado a crianças e adolescentes que, simultaneamente, frequentam escolas. O autor ainda aponta que a pesquisa que incide sobre uma unidade social significativa concentra-se em um objeto limitado, que neste estudo foi a existência, ou não, de articulação entre o saber escolar e os saberes desenvolvidos num espaço de educação não-escolar e a possibilidade de qualificar ou construir um diálogo entre ambos.

Para a coleta dos dados foram feitas entrevistas semi-estruturadas com diferentes sujeitos envolvidos. Inicialmente escolhemos fazer uma entrevista com um gestor do projeto SASE na FASC, em Porto Alegre com intuito de conhecer sua origem e sua estrutura física e financeira. A seguir, escolhemos realizar uma entrevista com um coordenador de um SASE a fim de conhecer um dos programas de Porto Alegre em seu espaço concreto e de obter informações sobre sua dimensão educativa. Num terceiro momento, nossa escolha recaiu sobre educadores sociais do SASE, para que pudéssemos conhecer as linhas norteadoras de seus trabalhos, suas posições frente às mesmas e suas interlocuções ou não com a(s) escola(s) frequentada(s) pelas crianças e adolescentes usuários daquele

espaço. Ainda no espaço do SASE investigado entrevistamos um menino e uma menina, para conhecer as atividades em que participam e o que resulta dessa participação em termos de aprendizagens.

Como contraponto foram entrevistadas uma diretora e uma professora de um espaço escolar frequentado pelas mesmas crianças, com o objetivo de investigar as aproximações e distanciamentos entre o SASE e a escola.

Com as informações obtidas, foi possível reunir e consolidar alguns dados que nos permitiram configurar com maior precisão nosso objeto de análise e produzir algumas análises, as quais são apresentadas na seção seguinte.

## 4 RETOMANDO AS PROBLEMATIZAÇÕES

Nesta seção foram analisadas as informações obtidas com as entrevistas que constituíram nosso material empírico, como forma de retomar as problematizações levantadas neste estudo e de apontar algumas proposições, no sentido de contribuir para o estabelecimento de um diálogo qualificado entre a escola e o espaço socioeducativo investigado. Para isso a presente seção discute: os limites e as possibilidades de uma interlocução entre escola e socioeducativo, a visão das crianças sobre a relação entre essas duas políticas e a criação dos espaços de socioeducativo na dimensão assistencial e na dimensão educativa.

### 4.1 LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO ESCOLAR E APOIO SOCIOEDUCATIVO

Esta subseção apresenta reflexões sobre as falas dos entrevistados acerca da relação do Projeto SASE/FASC com as escolas e, também, sobre a relação entre um SASE e uma escola específicos, tornando mais evidente a forma como as duas políticas vem se compreendendo, quanto ao objetivo comum de educar.

Em sua entrevista (ANEXO A), o responsável pela coordenação do Projeto SASE na FASC deixa claro que o objetivo da política é ~~o~~ oferecer atividades em turno inverso da escola, em espaço protegido+. Percebe-se assim que o SASE é uma política de turno inverso. Os conceitos turno inverso, contra turno, turno integral vêm sendo discutidos e analisados. Segundo o Programa Mais Educação (2009)<sup>8</sup>, a diferença entre esses conceitos se encontra na forma como o currículo está organizado. O Programa vem sendo desenvolvido na perspectiva de uma educação integral que constrói um currículo unificado. Sobre os conceitos de turno inverso e contra turno, um dos cadernos do Programa Mais Educação (2009) aponta que:

---

<sup>8</sup> Programa do Governo Federal, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, que aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica.

[...] a ampliação da jornada não pode ficar restrita à lógica da divisão em turnos, pois isso pode significar uma diferenciação explícita entre um tempo de escolarização formal, de sala de aula, com todas as dimensões e ordenações pedagógicas, em contraposição a um tempo não instituído, sem compromissos educativos, ou seja, mais voltado à ocupação do que à educação. (BRASIL, MEC, Educação integral: texto referência para o debate nacional, 2009, p. 36).

Com esse apontamento percebe-se uma diferença entre as propostas do Projeto SASE e do Programa Mais Educação. A forma como o Projeto SASE se estrutura pode estar favorecendo certo distanciamento da escola. Pode-se perceber isso, pois as denominações contra turno e turno inverso são utilizadas no Projeto e marcam uma diferenciação entre um tempo de educação escolar e outro não-escolar. Durante as entrevistas realizadas com os gestores dos dois espaços ficou evidenciado o desconhecimento sobre as possibilidades de articulação entre a política educacional e a política assistencial. Nas respostas dos entrevistados responsáveis pela escola (ANEXOS D), por exemplo, percebe-se uma quase total desinformação sobre a política de apoio socioeducativo para crianças e adolescentes; porém, ambos sabem que os alunos frequentam esse espaço no contra turno escolar. O mesmo acontece nas falas dos entrevistados do Projeto SASE (ANEXOS B), em relação à escola frequentada por seus usuários, ou seja, há pouco conhecimento sobre os objetivos da escola.

Na fala da diretora da escola, por exemplo, seu desconhecimento ficou claro quando respondeu à pergunta relativa à existência ou não de algum vínculo com o SASE, conforme a seguinte transcrição:

P - A escola que o senhor (a) dirige mantém algum tipo de vínculo ou aproximação com o SASE? Se existir, como se efetiva esse vínculo? O senhor (a) conhece o atual dirigente do SASE?

R - Nenhum. Tanto é que eu não sei o que significa a sigla SASE. Tu sabes me dizer o significa?

Ao terminar sua resposta com uma pergunta a diretora da escola se mostrou curiosa em conhecer o trabalho desenvolvido no espaço socioeducativo. Ao ser informada sobre as atividades oferecidas no espaço do SASE pareceu-nos que abriu-se uma possibilidade de estabelecer uma interlocução com os educadores

sociais. Essa interlocução ou articulação como propõe Gohn (2006 p. 37.) é um caminho para dar vida e viabilizar mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo. Dessa forma entende-se que a articulação entre o SASE e a escola, se efetivada, poderá provocar mudanças que agreguem valor ao currículo escolar e à aprendizagem dos alunos, na realidade desses espaços.

Como contraponto, na fala da coordenadora do SASE percebeu-se a existência de um contato com algumas escolas. Isso ficou claro quando ela respondeu à questão sobre o vínculo com as escolas, transcrita a seguir:

P - Existe algum vínculo ou aproximação deste SASE com as escolas frequentadas pelas crianças e adolescentes que atende? Se existe, como foi estabelecido esse vínculo? Como se efetiva? O Senhor (a) conhece os dirigentes das escolas em que as crianças e adolescentes atendidos por este SASE estão matriculadas?

R - Tem um contato. Gostaria que fosse melhor. Infelizmente as escolas não abrem. Não conheço.

Percebe-se em sua resposta uma insatisfação em relação ao contato que é realizado com as escolas que as crianças e adolescentes frequentam. Ela destaca que as escolas não têm abertura para a realização de um trabalho mais articulado e reforça sua posição acrescentando não conhecer os dirigentes das escolas.

O desconhecimento sobre o trabalho realizado pela escola está presente, também, na fala de um dos educadores sociais, neste estudo denominado Educador 1+ (ANEXO B), que ao responder a pergunta sobre o trabalho realizado pelas escolas e sobre seus objetivos demonstra incerteza, como se observa no diálogo estabelecido durante a entrevista:

P . Você conhece o trabalho realizado pelas escolas que as crianças e adolescentes de seu grupo frequentam? Sabe quais são os objetivos dessas escolas?

R - São muito poucas escolas. Não. Em parte seria inclusão e socialização.

Ao negar, primeiramente, que desconhece os objetivos principais da escola o educador faz referência a dois deles: inclusão e socialização. Se considerarmos que este educador, conforme é de nosso conhecimento, já atuou como estagiário de Educação Física na escola e que seu trabalho, naquele momento, esteve focado na inclusão e na socialização é provável que sua resposta esteja referenciada por essa

vivência. Esse educador pode ter tido acesso ou não ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. O acesso ao PPP é pouco estimulado por algumas escolas que ainda o consideram mero instrumento burocrático para cumprir exigências legais. Rodrigues e Amodeo (2003) apontam que o PPP é um elemento organizador do trabalho escolar e como elemento organizador deveria ser revisitado pelos professores para saberem as concepções da instituição

Contrastando com a fala do Educador 1+ o Educador 2+ e o Educador 3+ (ANEXO B), ao responderem a mesma pergunta, imaginam que a função principal da escola é respectivamente passar matéria+ e conteúdo, ensinar, alfabetizar+.

Os dois educadores reduzem o papel da escola a um tipo de ensino-aprendizagem conteudista e desprovido de valores que ultrapassem sua dimensão informativa, conforme mais explicitamente evidenciado no diálogo com o Educador 3+, transcrito a seguir:

P - Você considera necessário o atendimento oferecido pelo SASE?

R . Com certeza é o início de tudo. Porque aqui eles constroem valores

O educador afirma que seu trabalho está trazendo diferenças para a vida dessas crianças, por ser ele que - conforme parece acreditar - oferece uma formação de natureza valorativa. Percebe-se que ele procura desenvolver valores em seu trabalho que não estariam sendo trabalhados na escola. O mesmo foi evidenciado por Vieira (2004), em seu trabalho realizado no Projeto de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto (ASEMA) em Pelotas/RS. Segundo esse autor, a população por ser caracterizada como carente se torna dependente do trabalho assistencial. Isso faz com que as educadoras e a coordenação do projeto pensem que no ASEMA crianças e adolescentes experimentam uma vida melhor. Percebe-se assim, que os educadores, mesmo apresentando limites em seu trabalho, acreditam que contribuem para a melhoria da vida daquelas pessoas.

Em relação ao vínculo com a escola, percebeu-se que os três educadores sociais entrevistados apontam que esse trabalho é realizado pela coordenação do SASE. O Educador 1+ ainda destaca que as mães que fazem essa comunicação entre educador e professor. Elas trazem o boletim e falam o que as professoras dizem.+Essa mesma preocupação com as notas também foi evidenciada por Vieira

(2004). O autor aponta que os familiares são convocados para zelar pela frequência de seus filhos e filhas em uma escola regular, fator que marca a permissão para continuar no ASEMA+ (2004, p. 163). Essa preocupação com a frequência pode ser evidenciada na fala da professora, conforme transcrição a seguir:

P - Você mantém algum vínculo ou contato com a educadora do SASE que atende seus alunos? Em que momentos? De quanto em quanto tempo? Sobre o que falam nos momentos de encontro?

R - Por acaso veio duas assistentes sociais, por causa do Bolsa Escola para ver se estão vindo na escola. Descobriram alunos que vão no SASE e não vêm aqui. Alguns alunos já tínhamos feito FICAI<sup>9</sup>.

Percebe-se nesta fala que as visitas das assistentes sociais estão ligadas a outro programa que tem vínculo com a frequência na escola. A professora aponta que o vínculo com a política de assistência social é uma forma de manter os alunos frequentando a escola, o que nem sempre fica garantido, pois como ela mesma diz muitas vezes os alunos não vem à escola, mas vão ao SASE. Provavelmente esses alunos tenham criados vínculos mais fortes com o SASE do que com a escola. Em relação ao trabalho realizado no SASE a professora imagina como devem ser as atividades relacionadas à escola. Isso fica claro no dialogo a seguir:

P - Você conhece o trabalho realizado pelo SASE local? Sabe quais são os objetivos do atendimento oferecido pelo SASE local?

R - Não. Na minha opinião seria auxiliar o aluno no ensino-aprendizagem. Ajudar nas tarefas, nos temas.

Ao mesmo tempo em que a entrevistada demonstra desconhecer o trabalho realizado pelo SASE, atribui-lhe como objetivo o de ser um espaço para a realização dos temas e das tarefas escolares. Aliás, conforme a resposta do educador 2+ sobre a rotina do SASE, a realização dos temas e das tarefas escolares também é realizado no espaço do SASE. Ele informa que após o café, tem hora do conto para

---

<sup>9</sup> FICAI - Trata-se de valoroso documento operacional de combate da infrequência e do abandono escolar, surgido mediante a celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento, em 1997, entre a Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, Secretarias Estadual e Municipal de Educação e Conselhos Tutelares.

Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/manualficai.pdf>

Acesso em: 2010/2

quem não tem tema e hora do tema, para quem tem.+ Ele disponibiliza um tempo para que as crianças possam fazer seus temas no SASE. O mesmo foi evidenciado por Vieira (2004) na rotina do ASEMA que presta auxílio aos temas e apoio ao estudo para provas.

Conforme as análises até aqui efetuadas, percebe-se o distanciamento que existe entre a política de apoio socioeducativo concretizada no SASE e a política educacional, neste estudo, representada por uma escola pública estadual e que, parafraseando os educadores, pode ser sintetizada como: na escola as crianças e os adolescentes vão aprender o conteúdo, no SASE a educação.

Além disso, o conhecimento que esses espaços têm um do outro é feito através do que as crianças e adolescentes comentam. Na fala da diretora da escola percebe-se essa relação quando ela responde a questão sobre o que conhece do SASE:

P - O senhor (a) conhece o trabalho realizado por algum SASE desta região?

R - Conheço. Sei que eles adoram estar lá. Não podem faltar. Não gostam de faltar.

Pode-se perceber que o diálogo interinstitucional até poderia estar sendo feito através das crianças. No entanto, não existe uma pessoa predisposta a provocar essa interlocução. O mesmo acontece nas falas dos educadores do SASE. O Educador 1+ aponta isso ao responder a questão sobre o que as crianças fazem quando estão na escola, como por exemplo:

P - Você tem alguma informação sobre o que as crianças adolescentes fazem durante o período em que permanecem na escola que frequentam?

R - Não. O conhecimento que tenho seria o que elas comentam.

Percebe-se com essas falas que a comunicação entre escola e SASE está sendo feita através dos comentários das crianças e dos adolescentes. Analisando o distanciamento entre políticas de Estado e de governos Fonseca (2008) aponta uma:

[...] ausência de diálogo entre duas das políticas de Estado envolvidas Educação e Assistência Social, concorrência com desqualificação entre dois espaços protetivos . a escola e o socioeducativo além de não se reconhecerem, disputam a proteção ao infante-juvenil e, não raro, desqualificam a ação da outra política. (FONSECA, 2008; p. 12).

Constata-se assim que essa ausência de diálogo entre a escola e o socioeducativo pode estar desqualificando o trabalho dos dois espaços. E também que esses espaços estão em velada e constante disputa entre si. Na fala da diretora da escola essa disputa fica clara ao responder a questão sobre a necessidade do atendimento oferecido pelo SASE conforme diálogo a seguir:

P - O senhor (a) considera necessário o atendimento oferecido pelo SASE? Por quê?

R - Não acho o atendimento do SASE. Eu acho necessário ter alguma ocupação. Aqui na escola estamos com o Projeto Mais Educação, temos oficinas de fotografia, letramento, matemática. Está bem legal, conseguimos aumentar o projeto, o atendimento a mais alunos.

Percebe-se uma confusão acerca da necessidade do projeto SASE. A diretora faz uma confusão ao falar sobre Programa Mais Educação que visa a educação em tempo integral. Os objetivos dos dois projetos são diferentes. E são executados por dois setores diferentes.

Gohn destaca que:

(...) a educação não-formal não deve ser vista, em hipótese alguma como algum tipo de proposta contra ou alternativa à educação formal, escolar. Ela não deve ser definida pelo o que não é, mas sim pelo o que ela é . um espaço concreto de formação com a aprendizagem de saberes para a vida em coletivos. (2009; p. 32).

A educação não-escolar não deve competir com a educação escolar. Em alguns momentos das entrevistas constatou-se que os dois espaços tinham uma pequena disputa em relação às crianças e aos adolescentes. Percebeu-se isso nas falas que tentavam apontar a importância maior do seu trabalho em relação ao trabalho do outro.

Apesar de tais desencontros e concorrências, em alguns momentos das entrevistas também se pode perceber que os dois espaços estão dispostos a ter um diálogo. Na fala da coordenadora do Projeto SASE na FASC, quando se apresenta a ideia de instituir uma comunicação com a escola ela ressalta que há no Projeto uma etapa que se chama acompanhamento escolar, por meio da seguinte explicação:

R - O acompanhamento escolar é ir na escola marcar com a escola uma periodicidade para estar fazendo visitas e analisando como cada criança do SASE está se desenvolvendo. Mas isso depende muito da escola, das pessoas da escola querer ou não.

Percebe-se que houve uma preocupação por parte dos formuladores do Projeto que o diálogo com o espaço escolar fosse realizado. Porém, sabe-se que somente algumas unidades de SASE fazem esse acompanhamento. A gestora também destaca que não depende somente do SASE a concretização de uma interlocução entre as duas instituições e que as escolas também precisam estar dispostas a aceitar que algo seja feito neste sentido.

Rocha (2007) aponta a importância de se ter esse acompanhamento escolar:

Ele é importante para discussões nas reuniões da Rede de Atendimento da Região, no sentido de somar esforços e definir, conjuntamente, apoios e estratégias para a superação das dificuldades no sentido de auxiliar essa criança/adolescente e sua família no processo de desenvolvimento. Além disso, é preciso sistematicamente ter dados sobre a frequência da criança/adolescente, especialmente em situações de evasão da escola ou do SASE. (ROCHA 2007; p. 11).

Por meio das entrevistas realizadas, pudemos constatar que existem muitos limites para que se institua uma efetiva interlocução entre a educação escolar e o socioeducativo. Mas também há indícios de que essa interlocução possa vir a ser efetivada, se algum investimento for feito por parte dos setores educacional e assistencial do município, especialmente em termos de formação e estímulo a um trabalho coletivo. Na subseção a seguir foram analisadas as falas das crianças sobre a relação entre a escola e o SASE.

#### 4.2 A VISÃO DAS CRIANÇAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO ESCOLAR E O SOCIOEDUCATIVO

Na fala das crianças sobre as atividades desenvolvidas no SASE, elas trouxeram sempre atividades prazerosas. Isso fica claro em uma das falas da menina entrevistada, conforme o diálogo a seguir:

P . O que você costuma fazer no SASE? Tem alguma coisa a ver com o que você faz na escola?

R . Ir pra praça. E quando não nos comportamos ficamos no salão. Sim porque a escola é a mesma coisa que o SASE.

A menina mostra que as atividades realizadas no SASE são as mesmas realizadas na escola. Isso demonstra que algumas práticas escolares podem estar sendo repetidas no SASE. Vieira (2004) evidenciou que o trabalho realizado nos espaços de apoio socioeducativo são um simulacro ao das escolas. Que a mesma divisão de tempos e certa repressão as atividades são mantidas no SASE como na escola.

Como contraponto a resposta da menina, o menino ao responder a mesma questão afirma que: ~~%~~Não. A escola faz tema.+ Isso mostra que mesmo repetindo práticas escolares algumas crianças percebem diferenças entre o trabalho do SASE em relação ao da escola.

Em outra pergunta as crianças tiveram dificuldade em apontar alguma atividade realizada no SASE que as ajudasse a compreender melhor o que estudam na escola. As crianças apontaram atividades comuns aos dois espaços, podemos perceber isso no diálogo a seguir:

P - O que você faz no SASE ajuda a compreender melhor o que você estuda na escola? Como isso acontece?

R - Atividade física. Trabalho de pintar. Os colegas trazem folhinhas, daí pintamos.

Percebe-se nesse diálogo que as atividades apresentadas também são realizadas na escola. Já na resposta do menino é destacado: ~~%~~Eu gosto de fazer Espanhol, pintar. É para aprender outra língua.+ O menino consegue definir que o Espanhol é outra língua e que essa outra língua pode ajudá-lo a aprender melhor.

Em relação ao diálogo com a escola, percebe-se uma relação informal entre educador social e professor. Ao serem questionadas as crianças apresentam uma distinta relação. Podemos perceber pelo dialogo a seguir, que a menina não tem certeza de que esses encontros aconteçam:

P - Seu professor (a) e (a) pessoa que o (a) atende no SASE se encontram para conversar? Quando? Onde eles se encontram? Você sabe sobre o que eles conversam?

R - Não. Se encontram só no almoço. Não sei

Ao afirmar que se encontram no almoço ela pode estar confundindo algum comentário realizado durante algum momento como um encontro.

Já o menino afirma: %Sim, de manhã por uma hora. Eles falam que é para parar de incomodar.+ Com essas afirmações podemos pensar que professor e educador estão se encontrando mesmo que informalmente. Mas também podemos refletir sobre a possibilidade dessa comunicação ser somente uma forma de ajustar o comportamento das crianças a determinadas regras comuns adotadas nos dois espaços. Assim, professor e educador podem estar adotando a comunicação ocasional como uma estratégia, sempre que alguma criança ou adolescente se afastar de comportamentos desejados ou socialmente aceitos.

#### 4.3 A CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIOEDUCATIVO: DIMENSÃO ASSISTENCIAL E DIMENSÃO EDUCATIVA

Uma das questões problema a qual este trabalho se propôs investigar, diz respeito às aprendizagens das crianças e dos adolescentes no socioeducativo e a existência ou não de relação com as aprendizagens escolares. Nesta subseção foram analisadas as falas a respeito de quando o Projeto SASE começou a oferecer apoio socioeducativo, desde quando o SASE investigado é executor da política de assistência da Prefeitura Municipal de Porto Alegre política e também quais são os principais objetivos e resultados desse Projeto e sua relação com a escola.

Segundo a coordenadora do Projeto SASE na FASC atividades de apoio socioeducativo já existem desde 1990, como podemos ver no diálogo a seguir:

P - Desde quando a FASC oferece apoio socioeducativo como política de atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade?

R - Atividades de apoio socioeducativo já existem cerca de.... Porque o SASE como a gente conhece hoje é um Projeto de 1999, o primeiro Projeto de SASE. Mas, anterior a isso, desde 1990, já se desenvolve esse trabalho. Existia, anteriormente, o antigo Projeto Girassol que não era assim tão fundamentado, não tinha metodologia como tem o SASE, mas atendia o mesmo público.

Assim, pudemos perceber que desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente . ECA (Lei Nº 8.069/1990) existe uma preocupação em ter espaços

de socioeducativo em Porto Alegre com a intenção de proteger as crianças e adolescentes das camadas mais populares. Rocha também aponta que desde:

[...] 1993, através de um projeto chamado Girassol, que tratava dos chamados programas extra-classe de reforço escolar e atividades desportivas. Em 1994, houve a implantação do Serviço de Apoio Sócio - Educativo em Meio Aberto, com alteração de proposta conceitual e metodológica das atividades ou programas de reforço escolar, ou ainda, atividade extra-classe. (ROCHA, 2007, p. 5)

A coordenadora do SASE também afirmou que houve um projeto anterior. Isso fica claro no seguinte momento da entrevista:

P . Como este SASE iniciou seu trabalho? Onde funcionava? Que atividades desenvolvia?  
R . Antigamente o vínculo era com a FEBEM<sup>10</sup>. Aqui na Associação tinha um Núcleo. Em 2002 houve o convênio com a FASC. Foi sempre aqui. No início era um lugar para ter onde deixar as crianças. Os pais trabalham e para não deixar seus filhos sozinhos, eles vinham para cá.

Nesse diálogo também conseguimos perceber que programas já vinham sendo pensados para a população mais carente desta faixa etária. Nunes (2005) destaca que o reconhecimento da criança como *sujeito de direitos* implicou %a necessidade de formação continuada e de capacitação de agentes institucionais, educadores, conselheiros, e o reordenamento nas políticas de administração, que têm uma gestão ainda marcada pela discriminação e repressão.+ (NUNES, 2005, p. 90).

Nos dois diálogos acima pudemos constatar que no início da política de assistência a preocupação recaía sobre a segurança das crianças e adolescentes no espaço de atendimento. Dialogando com Nunes (2005) entende-se que o avanço para a associação entre a proteção e a dimensão pedagógica se deu a partir do reconhecimento das crianças e adolescentes como *sujeitos de direitos*. Essa nova perspectiva implicou na necessidade de mudanças na formas de atendimento, demandando capacitação dos então denominados %uidadores+. A autora ainda

---

<sup>10</sup> FEBEM . Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor, extinta em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente . ECA (Lei Nº 8.069/1990) e que tinha como objetivo executar, em âmbito estadual, a política nacional do bem-estar do menor, ditada pela FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor).

Disponível em: [www.fase.rs.gov.br/portal/index.php?menu=secretaria&subitem=1](http://www.fase.rs.gov.br/portal/index.php?menu=secretaria&subitem=1) Acesso em 2010/2

aponta que como *sujeitos de direitos*, crianças e adolescentes, não podem tornar-se objeto de ações disciplinares ou repressivas que atentem contra a sua peculiar condição de desenvolvimento e/ou que atentem contra os direitos humanos (2005, p. 89). Assim, os programas começaram a sofrer mudanças no sentido de terem maior preocupação com os aspectos pedagógicos demandando, para isso, a necessidade da formação em serviço.

Essa preocupação foi evidenciada no diálogo com os educadores. Quando questionados sobre a existência ou não de formação em serviço, os três educadores afirmaram que existiam. Nas entrevistas foi evidenciado que somente um dos educadores possui formação superior, os outros dois estão cursando o Ensino Médio, porque a instituição exige que eles estudem. Sobre a formação em serviço, o educador 2 afirma que se sente mais capacitado, conforme diálogo a seguir:

P - Este SASE oferece alguma formação em serviço? Caso responda sim: Você considera essa formação necessária?

R - Sim. Temos uma planta de formação. É bom porque não são coisas vivenciadas diariamente. Teve uma esses dias sobre gravidez. Isso ajuda para podermos ensinar as crianças. Eu me sinto mais capacitado.

No diálogo percebemos que essas formações contribuem para o trabalho do educador social entrevistado, mas ele não faz referência quanto aos conteúdos da formação estarem relacionados aos conteúdos que a escola também precisa tratar. Assim, constata-se que conteúdos e atividades que são comuns aos dois espaços acabam reforçando o distanciamento entre as políticas educacional e assistencial, já referido neste estudo, pela falta de uma conexão entre os conceitos que a escola costuma trabalhar e os valores que o socioeducativo pretende ressaltar na formação que oferece. Por ele não possuir uma formação mais específica para o atendimento as crianças e aos adolescentes, é com essas formações ele consegue elementos para seu trabalho. Rocha (2007) aponta que:

[a.] o SASE é um serviço complexo que envolve diversos educadores (as) sociais, com formação diferenciada. Ao mesmo tempo em que essa diversidade contribui para ampliar e qualificar a práxis sócio . educativa, gera a necessidade de um coordenador, que articule e agregue a equipe, se tornando assim, referência do programa em seu local de trabalho.+ (ROCHA, 2007, p. 31).

Percebemos assim, que esse serviço prevê a presença de um coordenador que articule toda a equipe do SASE. Continuando o diálogo com o educador 2+, ele informa sobre a existência de uma planta de formações a serem realizadas pelos educadores ao longo do ano.

Em outro diálogo com a coordenadora do SASE percebeu-se o quanto é fundamental a presença de alguém que, como diz Rocha (2007), articule por meio de um planejamento as atividades de atendimento as crianças e aos adolescentes. Isso ficou evidenciado no diálogo a seguir:

P - Como os educadores deste SASE planejam o atendimento que fazem às crianças e adolescentes?

R - Junto com a coordenação uma vez por semana.

Ter um planejamento prévio do que será trabalhado durante uma semana, demonstra a existência de uma dimensão pedagógica, mas ainda desvinculada da dimensão pedagógica escolar, pois permanece restrita a um fazer desprovido de reflexão. Pareceu-nos assim, que a intenção maior está focada na ocupação do tempo das crianças e dos adolescentes atendidos e não na dimensão educativa em sua plenitude, conforme ressaltou a coordenadora do SASE, ao referir-se sobre seus objetivos. Segundo ela tais objetivos são: Atender as crianças em vulnerabilidade. Inserção na comunidade. Reforço escolar. Recreação com planejamentos. Com essa afirmação percebe-se que o único contato com a escola é dado por meio de um reforço escolar como forma de ocupar as crianças e adolescentes.

Constata-se assim que as mudanças trazidas pelo ECA contribuíram para tornar evidente a dimensão educativa presente nos espaços de educação não-escolar, uma vez que ultrapassaram a perspectiva puramente protecionista, pela inclusão de temas e de atividades de natureza pedagógica capazes de fazerem frente aos problemas reais desses sujeitos. Contudo, entendemos que a dimensão educativa do SASE estudado deixa a desejar pela falta de clareza quanto às possibilidades de conexão entre o saber/fazer escolar e o saber/fazer promovido durante as oficinas temáticas.

## 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pensar sobre a educação na sociedade atual requer que pensemos nos mais variados espaços em que ela se faz presente. Neste trabalho busquei refletir sobre um dos campos da educação que está tendo maior visibilidade ao longo dos anos: a educação não-escolar. Aqui neste estudo foi escolhido um espaço de socioeducativo, vinculado a política assistencial da prefeitura de Porto Alegre.

Esse trabalho não conseguiu respostas definitivas sobre a relação da escola com o espaço de socioeducativo. Entretanto ficou evidenciado que cada um desses espaços desconhece o trabalho que o outro realiza. Apesar disso, percebeu-se uma curiosidade da escola em conhecer o trabalho do SASE. Do socioeducativo pode-se evidenciar que também há interesse em estabelecer uma interlocução com a escola, mas o esperado é que a mesma tenha uma maior abertura ao diálogo.

Entendo que esse estudo, pode ter indicado aos diretores da escola e aos coordenadores do SASE investigado, como também aos professores e aos educadores sociais a importância da articulação e do diálogo entre diferentes espaços educativos como forma de ampliar e aprofundar a aprendizagem dos alunos.

Ao longo do estudo pode-se constatar que apesar do espaço socioeducativo ter ampliado sua perspectiva de atendimento desde a promulgação do ECA, pela inclusão de uma dimensão educativa, ainda prevalecem práticas ocupacionais, por meio de oficinas temáticas. Não se observou conexão com os mesmos conteúdos trabalhados pela escola, mesmo quando ocorre o contato direto entre educadores sociais e público alvo para o desenvolvimento de atividades que contemplam conteúdos de seu interesse, como gravidez precoce e uso indevido de drogas.

Mesmo assim, e talvez pela provocação das entrevistas realizadas com gestores e educadores dos dois espaços percebeu-se uma possibilidade de diálogo e de articulação entre ambos a ser construída por meio de uma mediação principalmente por parte do gestor escolar e do gestor do SASE.

Rocha (2007) propõe que os direitos das crianças e adolescentes são indivisíveis. Para garanti-los, são necessárias políticas públicas eficazes que sejam construídas coletivamente, na intenção de #ecermos+uma REDE DE PROTEÇÃO+

(2007, p. 31). Dialogando com a autora acreditamos que essa REDE DE PROTEÇÃO possibilitará que políticas públicas que atendem um mesmo público se articulem para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. Mas, o estudo nos levou a crer que isso só se efetivará se os responsáveis pelos setores envolvidos se comunicarem de fato, quando elaborarem essas políticas.

## REFERÊNCIAS

AOYAMA, Ana Lucia Ferreira. Estado, Terceiro Setor e Educação Não Formal: Contextos e Interfaces. Disponível em:

<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/analuciaferreiraaoyam a.pdf> Acesso em 9 set. 2010.

ARANTES, Valeria Amorim. GHANEM, Elie. TRILLA, Jaume. (Org.) Educação Formal e Não-Formal: Pontos e Contrapontos. São Paulo: Summus Editora, 2008. 168 p. ISBN: 978-85-323-0501-5

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm) Acesso em 8 de ago. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 5, 13.12.2005. Brasília, 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf) Acesso em 8 de ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Desenvolvimento. Educação integral: texto referência para o debate nacional. .

Brasília: 2009. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal\\_educ\\_integral.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf) Acesso em 20 de out. 2010.

CAMPOS, Rosânia; CAMPOS, Roselane Fátima. A educação das crianças pequenas como estratégia para o alívio da pobreza. Disponível em:

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/viewFile/5265/4669> Acesso em 9 set. 2010.

FONSECA, Laura Souza. Apoio socioeducativo, enraizamento do infante-juvenil? (com)vivências em comunidades da periferia urbana. Disponível em:

<http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n32/04.pdf> Acesso em 23 ago. 2010.

FONSECA, Laura Souza. Formação de educadores sociais: anotações preliminares. Porto Alegre, 2010. 20 f. (texto digitalizado, 2010).

GADOTTI, Moacir. A questão da Educação Formal/Não-Formal. Disponível em:

[http://www.paulofreire.org/Moacir\\_Gadotti/Artigos/Portugues/Educacao\\_Popular\\_e\\_EJA/Educacao\\_formal\\_ao\\_formal\\_2005.pdf](http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Educacao_Popular_e_EJA/Educacao_formal_ao_formal_2005.pdf). Acesso em 15 Ago. 2007.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. Disponível em:  
<http://metaavaliacao.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewFile/1/5>  
Acesso em 1 nov. 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não Formal, Participação da sociedade Civil e Estruturas Colegiadas nas Escolas. Revista Ensaio: Aval. Pó. Públ. Educ. Rio de Janeiro, vol. 14, nº 50, jan./mar. 2006, p. 27-38. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em 23 de ago. 2010.

MEKSENAS, Paulo. Métodos em pesquisa empírica. In: MEKSENAS, Paulo. Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas. São Paulo, Loyola, 2002. P. 109-138.

NUNES, Deise Gonçalves. Reconhecimento social da infância no Brasil: da menoridade à cidadania. In.: VASCONCELLOS, Vera Maria R. (org). Educação da infância: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ROCHA, Brizabel. Projeto Serviço de Apoio Sócio-Educativo em meio aberto. Porto Alegre: PPGEUFRGS, 2007. Trabalho manuscrito apresentado no curso de especialização em gestão da educação.

ROMANS, M; PETRUS, A; TRILLA, J. Profissão: educador social. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. In: Educação e Realidade. 33(2): 83-98 jul/dez 2008, p. 83-97 Disponível em:  
<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/viewFile/7065/4381>  
Acesso em 23 ago. 2010.

VIEIRA, Jarbas. Perpetuando dependências: uma leitura do Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto na cidade de Pelotas. In: Cadernos de Educação. Pelotas, RS: FaE/UFPel. Ano 13, n. 23. jul/dez. 2004.

## **ANEXO A Ë Entrevista gestor do Projeto SASE na FASC**

### **ENTREVISTA COM GESTOR DO PROJETO SASE NA FASC**

1. Desde quando a FASC oferece apoio socioeducativo como política de atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade?

Atividades de apoio socioeducativo já existem cerca de... Porque o SASE como a gente conhece hoje é um projeto de 1999, o primeiro projeto de SASE. Mas, anterior a isso desde 1990, já se desenvolve esse trabalho. Existia, anteriormente, o antigo projeto Girassol que não era assim tão fundamentado, não tinha metodologia como tem o SASE, mas atendia o mesmo público.

2. Quais os parceiros da FASC na execução dessa política?

Na política de atendimento a infância nós temos o fórum de entidades que é composto por entidades da sociedade civil, que são conveniadas com a FASC, e que executam os programas. Recebem uma verba para execução de programas sociais.

3. Com que recursos a FASC conta para a execução desta política?

A gente tem recursos do Fundo Municipal e do Fundo Nacional de Assistência Social.

4. Quais as atribuições de cada parceiro na execução da política?

É fazer o trabalho direto com as crianças e adolescentes. Da mesma maneira que a gente executa o trabalho na nossa rede própria, eles executam seguindo o Projeto.

5. Como se estrutura o atendimento socioeducativo que a FASC oferece?

Nós temos para crianças e adolescentes três projetos, serviços diferentes. O SASE, que é para 6 a 14 anos, o Trabalho Educativo que é de 15 a 18 anos, esses dois são programas municipais. Porque temos um programa federal que é o PRÓJOVEM adolescente que é de 15 a 18 anos também. Eles são atividades de turno inverso ao da escola.

Dialogando sobre a FASC

FASC, aqui é o prédio da administração. Nós temos 22 CRAs (Centro de Referência Social) espalhados pela cidade. Desses 22, 9 são CRAs ampliados que oferecem

turmas de SASE e de Trabalho Educativo e PROJOVEM. Isso é nossa rede própria, com funcionários próprios. Fora isso em cada região tem uma serie de entidades conveniadas que também executam essas turmas. São executadas por ONGs, Associações Moradores. É um convênio com uma entidade que executa seguindo todas as normas que a FASC coloca.

6. De que forma a FASC acompanha o desenvolvimento desta política?

Temos um trabalho com uma equipe de monitoramento e avaliação e essas pessoas fazem visitas. Tem pessoas determinadas para cada região, e essa pessoa é responsável pelas visitas as entidades, para conhecer o trabalho e acompanhar o trabalho todo.

7. Quais os objetivos desse atendimento?

É oferecer atividades em turno inverso da escola em espaço protegido. Proteção integral para crianças e adolescentes.

8. Quantos espaços socioeducativos (SASEs) a FASC atende no momento?

Nós temos 9 próprios e 99 espaços conveniados.

9. Qual o total de crianças e adolescentes atendidos, atualmente pela FASC?

SASE 8105 crianças entre próprios e conveniadas.

10. Em média quantas crianças são atendidas em cada SASE?

As turmas são de 20 crianças. Isso varia muito, o tamanho da entidade, das condições que ela tem.

11. Qual o perfil dos profissionais que atuam nos SASEs?

Geralmente são pedagogos, é necessário ter um pedagogo ou estudante de pedagogia.

12. De que forma esses profissionais são selecionados?

Pela experiência, pela área de atuação.

13. Qual o vínculo dos profissionais selecionados com a FASC?

Na rede própria são funcionários públicos concursados e na conveniada o vínculo é com a instituição ou entidade, não há nada com a FASC.

14. Que critérios a FASC adota para o acolhimento das crianças e adolescentes nos SASEs?

São crianças que tem situação de vulnerabilidade, comprovada. Isso se vê através de visitas domiciliares. Estando dentro da faixa etária esse é o principal critério.

15. Quais os principais resultados alcançados até agora com essa política?

Na verdade assim, a gente evita que essas crianças estejam na rua, a gente consegue fazer com que elas mantenham um vínculo com a escola, quer dizer evita a evasão escolar.

Sobre o dialogo entre SASE e Escola:

Já se conversou menos, não conversa o ideal ainda, mas já está se encaminhando. Nós temos dentro do projeto SASE uma etapa que chama acompanhamento escolar. Porque o SASE é assim tem um coordenador, que coordena várias turmas e tem os educadores que trabalham direto com as turmas. O coordenador ele faz acompanhamento familiar, contato com assistente social, e o acompanhamento escolar. O acompanhamento escolar é ir na escola marcar com a escola uma periodicidade para estar fazendo visitas e analisando como cada criança do SASE está se desenvolvendo. Mas isso depende muito da escola, das pessoas da escola quererem ou não.

## **ANEXO B É Entrevista do Coordenador SASE e Educadores do SASE**

### **ENTREVISTA COM COORDENADOR DO SASE**

1. Como o Senhor (a) se tornou dirigente deste SASE? Há quanto tempo atua como dirigente? O que o levou a aceitar esta função?

Trabalho aqui há 10 anos. Entrei como educadora na Educação Infantil. Depois fui educadora de SASE. Depois fui educadora do Trabalho Educativo. Na coordenação de SASE e da Educação Infantil eu estou há uma semana. Foi convite do dirigente da associação. Fora o convite, foi a conversa que o dirigente teve comigo. Ele precisava alguém de confiança e com qualificação. Eu sou formada em Pedagogia.

2. Desde quando este SASE oferece atendimento às crianças e os adolescentes desta comunidade?

Fazem 8 anos.

3. Como este SASE iniciou seu trabalho? Onde funcionava? Que atividades desenvolvia?

Antigamente o vínculo era com a FEBEM aqui na associação tinha um núcleo. Em 2002 houve o convênio com a FASC. Foi sempre aqui. No início era um lugar para ter onde deixar as crianças. Os pais trabalham e para não deixar seus filhos sozinhos, eles vinham para cá.

4. Quais os objetivos do atendimento oferecido por este SASE?

Nosso objetivo é questão social. Atender as crianças em vulnerabilidade. Inserção na comunidade. Reforço escolar. Recreação, com planejamentos.

5. De que forma está organizado este SASE atualmente? Esta forma favorece ou não o alcance dos objetivos deste SASE?

Em turmas. Sim, pois não fica misturada a faixa etária. Tem atividades conjuntas. Mas as propostas são diferentes.

6. Quais são os parceiros deste SASE?

Instituto Vonpar, Instituto IBI, Amigos do Meio Ambiente, Studio Babu, Amaral Empréstimos e Seguros, Instituto Nestor de Paula, Rede Parceria Social, Café do Lago, Gerdau, Sindicato dos Metalúrgicos, Sul America ING Seguros, Sulgás.

7. Quais os critérios para a escolha dos educadores que atuam neste SASE?

Questão de qualificação. Para o SASE tem que ter Ensino Fundamental. Mas ao longo do tempo fazem cursos de qualificação. Para ti ter uma idéia temos um educador que faz Bacharel em Educação Física.

8. Qual o papel dos educadores deste SASE junto as crianças e adolescentes que atendem?

Interagir com eles. Olhar, cuidar.

9. Os educadores que atuam neste SASE recebem alguma orientação quanto ao serviço que prestam? Quem os orienta? Em que momentos ocorre a orientação?

Sim. Nas formações tem orientação pedagógica. Mas tem cursos foras. Uma vez por semana há formação entre a coordenação e os educadores. E uma vez por mês a instituição para, e todos os funcionários participam.

10. Como os educadores deste SASE planejam o atendimento que fazem às crianças e adolescentes?

Junto com a coordenação uma vez por semana.

11. Como é realizada a escolha ou a matrícula das crianças e dos adolescentes que frequentam este SASE? Quantas crianças e adolescentes estão sendo atendidos, neste momento, por este SASE?

Não tem escolha. Não tem critérios. Vulnerabilidade. 128 crianças.

12. Como são agrupadas as crianças e os adolescentes que compõem as turmas atendidas por este SASE?

Tem três turmas. SASE1: 6 aos 8 anos. SASE: 2 9 aos 11 anos. E SASE: 3 12 aos 14 anos.

13. Que atividades são desenvolvidas para os diferentes grupos de crianças e adolescentes deste SASE?

Hip Hop, Malabares, Espanhol, Oficina de Dança, Filme, Praça, Artesanato.

14. Existe algum vínculo ou aproximação deste SASE com as escolas freqüentadas pelas crianças e adolescentes que atende? Se existe, como foi estabelecido esse vínculo? Como se efetiva? O Senhor (a) conhece os dirigentes das escolas em que as crianças e adolescentes atendidos por este SASE estão matriculadas?

Tem um contato. Gostaria que fosse melhor. Infelizmente as escolas não abrem. Não conheço.

15. O Senhor (a) diria que o atendimento oferecido por este SASE às crianças e adolescentes que o frequentam mudou ou muda alguma coisa em suas vidas? Fale sobre isso.

Acredito que sim. Porque muitos não tinham onde ficar. Não ficam sozinhos em casa nem na rua. Aqui é um local onde tem aprendizagens.

## **ENTREVISTA COM EDUCADOR 1**

1. Há quanto tempo você é educador(a) no SASE?

Exatamente 9 meses.

2. Há quanto tempo você é educador (a) neste SASE?

9 meses também.

3. De que forma você se tornou educador?

Eu sou formado em Educação Física . Licenciatura. Como eu já desenvolvia trabalhos na minha área numa escola. Eles me convidaram para trabalhar aqui como educador.

4. Qual sua formação?

Educação Física . Licenciatura, mas breve em Bacharelado.

5. Algum aspecto de sua formação ou de sua vivência escolar influencia sua atuação como educador deste SASE?

Sim. Através da minha formação eu acredito. Tenho condições de oferecer uma melhor qualidade nas atividades.

6. Qual a faixa etária e quantas crianças/adolescentes você atende atualmente?

SASE 1(6 a 9 anos) . manhã são 21 e a tarde são 22. Também atuo em atividades conjuntas ligadas a área de Educação Física.

7. Você participa de alguma formação atualmente?

Educação Física Bacharel. Algumas que são encaminhadas pela instituição.

8. Este SASE oferece alguma formação em serviço? Caso responda sim: Você considera essa formação necessária?

Sim, porque acredito que essas formações vêm sempre a contribuir para qualificação profissional.

9. Poderia descrever um dia de trabalho neste SASE?

Um primeiro momento acolhimento das crianças. Depois vem o café. Após esse momento depende do dia, pois tem as oficinas. Tem dias em que eu faço o trabalho, mas nas oficinas eu acompanho.

10. Você planeja as atividades que costuma desenvolver junto as crianças/adolescentes?

Sim. Temos o Projeto e através dele são desenvolvidas atividades.

11. Você sabe os motivos que levaram as crianças e adolescentes que atende a serem acolhidos por este SASE?

Sim. Evitar que as crianças permaneçam na rua no turno inverso da escola.

12. Você conhece o trabalho realizado pelas escolas que as crianças e adolescentes de seu grupo frequentam? Sabe quais são os objetivos dessas escolas?

São muito poucas. Não em parte seria inclusão e socialização.

13. Você tem alguma informação sobre o que as crianças adolescentes fazem durante o período em que permanecem na escola que frequentam?

Não. O conhecimento que tenho seria o que elas comentam.

14. Você mantém algum vínculo ou contato com as professoras das escolas frequentadas por seu grupo de crianças e adolescentes? Em que momentos? De quanto em quanto tempo? Sobre o que falam nos momentos de encontro?

Quem mantém o contato seria a coordenação. Não. Mães que fazem essa comunicação entre educador e professor. Elas trazem o boletim e falam o que as professoras dizem. Algumas crianças não têm pai, nos consideram pais, nos trazem o boletim para mostrar.

15. Você considera necessário o atendimento oferecido pelo SASE? Por quê?

Com certeza. Como foi comentado anteriormente nós teríamos perdido muitas crianças para tráfico ou para o trabalho. Estariam na rua aprendendo coisas erradas.

16. O Senhor (a) diria que o atendimento oferecido por este SASE às crianças e adolescentes que o frequentam mudou ou muda alguma coisa em suas vidas? Fale sobre isso.

Acredito que sim. Aprendem ter socialização, regras, limites. Poucos têm isso em casa.

## ENTREVISTA COM EDUCADOR 2

1. Há quanto tempo você é educador(a) no SASE?

2 anos e 8 meses.

2. Há quanto tempo você é educador (a) neste SASE?

8 meses.

3. De que forma você se tornou educador?

Eu era educador comunitário. Isso possibilitou minha entrada aqui como educador.

4. Qual sua formação?

2º ano do Ensino Médio.

5. Algum aspecto de sua formação ou de sua vivência escolar influencia sua atuação como educador deste SASE?

Sim. Um professor que me influencia na minha atuação.

6. Qual a faixa etária e quantas crianças/adolescentes você atende atualmente?

SASE 2 . 9 a 11 anos. Manhã 25 e tarde 25.

7. Você participa de alguma formação atualmente?

Formação comunitária na Secretaria Municipal de Esportes.

8. Este SASE oferece alguma formação em serviço? Caso responda sim: Você considera essa formação necessária?

Sim. Temos uma planta de formação. É bom porque não são coisas vivenciadas diariamente. Teve uma esses dias sobre gravidez. Isso ajuda para podermos ensinar as crianças. Eu me sinto mais capacitado.

9. Poderia descrever um dia de trabalho neste SASE?

Chegam pela manhã, lavam as mãos. Depois vem o lanche e a oração. Após o café tem hora do conto para quem não tem tema, e hora do tema para quem tem. Depois começam as oficinas, que dependem do dia. Tem as atividades dirigidas. Depois lavam as mãos e vão para o almoço. Depois vão para a escola. Na tarde é a mesma rotina.

10. Você planeja as atividades que costuma desenvolver junto as crianças/adolescentes?

Sim. Temos planejamento e rotina.

11. Você sabe os motivos que levaram as crianças e adolescentes que atende a serem acolhidos por este SASE?

Tirar eles das ruas. Tirar da marginalidade. Alimentação. Pelas varias atividades disponíveis.

12. Você conhece o trabalho realizado pelas escolas que as crianças e adolescentes de seu grupo frequentam? Sabe quais são os objetivos dessas escolas?

Não. Ensinar, passar matéria. Estamos tentando retomar um trabalho de visitas.

13. Você tem alguma informação sobre o que as crianças adolescentes fazem durante o período em que permanecem na escola que frequentam?

Sim, mas porque eles contam. Que a professora passa matéria.

14. Você mantém algum vínculo ou contato com as professoras das escolas frequentadas por seu grupo de crianças e adolescentes? Em que momentos? De quanto em quanto tempo? Sobre o que falam nos momentos de encontro?

A coordenação que faz esse trabalho. Teve uma formação que vieram algumas professoras.

15. Você considera necessário o atendimento oferecido pelo SASE? Por quê?

Muito necessário. Eles precisam desse olhar, pois não tem em casa. Pois os pais pouco dão essa atenção. Pois não dão atenção.

17. O Senhor (a) diria que o atendimento oferecido por este SASE às crianças e adolescentes que o frequentam mudou ou muda alguma coisa em suas vidas? Fale sobre isso.

Sim. Cada criança com seu estilo. Conviver junto sem diferença.

### **ENTREVISTA COM EDUCADOR 3**

1. Há quanto tempo você é educador(a) no SASE?

5 anos.

2. Há quanto tempo você é educador (a) neste SASE?

5 anos.

3. De que forma você se tornou educador?

Eu vim fazer um trabalho de cenário e som. E me fizeram um desafio. Então eu fiquei 3 meses em experiência. Depois me efetivaram.

4. Qual sua formação?

Cursando o Ensino Médio. Passei por tantas coisas.

5. Algum aspecto de sua formação ou de sua vivência escolar influencia sua atuação como educador deste SASE?

Da minha vida num geral. O cuidado dos irmãos.

6. Qual a faixa etária e quantas crianças/adolescentes você atende atualmente?

SASE 3 (12 aos 14 anos). Pela manhã são 20 e pela tarde são 23.

7. Você participa de alguma formação atualmente?

Participo. Todas que a instituição me indica eu vou.

8. Este SASE oferece alguma formação em serviço? Caso responda sim: Você considera essa formação necessária?

Sim com certeza.

9. Poderia descrever um dia de trabalho neste SASE?

Chegada. Depois organização para o café. Oração. Depende do dia.

10. Você planeja as atividades que costuma desenvolver junto as crianças/adolescentes?

Normalmente sim. Mas às vezes eu vejo que a turma precisa de outro. E a instituição às vezes traz um planejamento.

11. Você sabe os motivos que levaram as crianças e adolescentes que atende a serem acolhidos por este SASE?

Tem vários motivos. Por causa do TRI, outros pelo PETI.

12. Você conhece o trabalho realizado pelas escolas que as crianças e adolescentes de seu grupo frequentam? Sabe quais são os objetivos dessas escolas?

Mais ou menos. Coordenação tem contato com as escolas quando necessário. É o conteúdo, ensinar, alfabetizar. Não tanto o educar.

13. Você tem alguma informação sobre o que as crianças adolescentes fazem durante o período em que permanecem na escola que frequentam?

Bastante. Eles relatam bastante.

14. Você mantém algum vínculo ou contato com as professoras das escolas frequentadas por seu grupo de crianças e adolescentes? Em que momentos? De quanto em quanto tempo? Sobre o que falam nos momentos de encontro?

Nem me conhecem.

15. Você considera necessário o atendimento oferecido pelo SASE? Por quê?

Com certeza. É o início de tudo. Porque aqui eles constroem valores.

18. O Senhor (a) diria que o atendimento oferecido por este SASE às crianças e adolescentes que o frequentam mudou ou muda alguma coisa em suas vidas? Fale sobre isso.

Tem. Pois eles constroem valores que refletem na rua.

## **ANEXO C É Entrevista com as crianças**

### **MENINA**

1. Qual sua idade?

8 anos.

2. Você vai à escola? Em que turno? Qual o ano/série/ciclo que frequenta?

Sim. De manhã. 2º ano.

3. Porque você está frequentando o SASE de sua comunidade?

Porque eu não tenho com quem ficar em casa. Ai eu vim para o SASE.

4. O que você costuma fazer quando está no SASE? Tem alguma coisa a ver com o que você faz na escola?

Ir pra praça. E quando não nos comportamos ficamos no salão. Sim porque a escola é a mesma coisa que o SASE.

5. O que você faz no SASE ajuda a compreender melhor o que você estuda na escola? Como isso acontece?

Atividades física. Trabalho de pintar. Os colegas trazem folhinhas, daí pintamos.

6. Seu professor (a) e (a) pessoa que o (a) atende no SASE se encontram para conversar? Quando? Onde eles se encontram? Você sabe sobre o que eles conversam?

Não. Se encontram só no almoço. Não sei.

7. O que você mais gosta de fazer no SASE?

Ir para a praça.

8. O que você mais gosta de fazer na Escola?

Da recreação.

9. Tem alguma coisa no SASE que você não gosta de fazer? Por quê?

Não.

10. Tem alguma coisa na escola que você não gosta de fazer? Por quê?

Não.

**MENINO**

1. Qual sua idade?

9 anos.

2. Você vai à escola? Em que turno? Qual o ano/série/ciclo que frequenta?

Sim. De manhã. 2º ano.

3. Porque você está frequentando o SASE de sua comunidade?

Porque eu não gosto de ficar em casa.

4. O que você costuma fazer quando está no SASE? Tem alguma coisa a ver com o que você faz na escola?

Ir pra praça. Não. A escola faz tema.

5. O que você faz no SASE ajuda a compreender melhor o que você estuda na escola? Como isso acontece?

Eu gosto de fazer espanhol, pintar. É para aprender outra língua.

6. Seu professor (a) e (a) pessoa que o (a) atende no SASE se encontram para conversar? Quando? Onde eles se encontram? Você sabe sobre o que eles conversam?

Sim, de manhã por uma hora. Eles falam que é para parar de incomodar.

7. O que você mais gosta de fazer no SASE?

Informática.

8. O que você mais gosta de fazer na Escola?

Eu gosto de fazer os temas.

9. Tem alguma coisa no SASE que você não gosta de fazer? Por quê?

Não.

10. Tem alguma coisa na escola que você não gosta de fazer? Por quê?

Não de jogar bola no solão.

## **ANEXO D Ë Entrevista com a diretora e a professora da escola**

### **ENTREVISTA COM O GESTOR DA ESCOLA**

1. Há quanto tempo o senhor (a) dirige esta escola?

Fez um ano em outubro.

2. O senhor (a) conhece o trabalho realizado por algum SASE desta região?

Conheço. Sei que eles adoram estar lá. Não podem faltar. Não gostam de faltar.

3. Há alunos desta escola que freqüentam o SASE? Quantos?

Uma média de 100 alunos. Temos uns 800 alunos ao todo na escola. Uns 100 para mais.

4. A escola que o senhor (a) dirige mantém algum tipo de vínculo ou aproximação com o SASE? Se existir, como se efetiva esse vínculo? O senhor (a) conhece o atual dirigente do SASE?

Nenhum. Tanto é que eu não sei o que significa a sigla SASE. Tu sabes me dizer o significa?

5. O senhor (a) conhece os critérios que levam algumas crianças e adolescentes as serem atendidos pelo SASE?

Não conheço. São crianças que ficam sozinhas. Quando tem vaga.

6. O senhor (a) tem alguma informação sobre os objetivos do atendimento oferecido pelo SASE às crianças e adolescentes que o freqüentam?

Não. Vejo para o aluno ter alguma ocupação para não ficar na rua.

7. O senhor (a) tem conhecimento do que as crianças e adolescentes fazem no SASE?

Não. Oficinas eu acho.

8. O senhor (a) considera necessário o atendimento oferecido pelo SASE? Por quê?

Não acho o atendimento do SASE. Eu acho necessário ter alguma ocupação. Aqui na escola estamos com o Projeto Mais Educação, temos oficinas de fotografia, letramento, matemática. Está bem legal, conseguimos aumentar o Projeto, o atendimento a mais alunos.

9. O senhor (a) percebeu ou percebe alguma mudança nas crianças e adolescentes desta escola que passaram a freqüentar o SASE? Poderia falar um pouco sobre isso?

Nunca. Nada. Só escuto os alunos dizerem que tem que ir para o SASE.

10. Os professores de sua escola mantêm algum contato com os educadores do SASE? Em que momentos?

Eu até falo com alguns. Algumas mães trabalham no SASE e seus alunos estudam aqui. Quando elas vem na escola.

Depois da entrevista a diretora comentou que iria procurar saber mais sobre o trabalho do SASE. E também disse que gostou do trabalho, pois ela não tinha parado para pensar sobre as questões da entrevista. Ela disse isso por, não saber se outras colegas conhecem o trabalho do SASE.

## **ENTREVISTA COM A PROFESSORA**

1. Há quanto tempo (a) atua nesta escola? Qual o ano/série/ciclo em que atua no momento?

Há 25 anos. 2º ano pela manhã.

2. Existem alunos em sua turma que freqüentam o SASE desta região? Quantos são? Em sua maioria são meninos ou meninas?

Tem. Existem. Não vou saber te dizer ao certo. De 25 alunos tem 10 a 15 alunos. Meio a meio. Embora mais meninos na turma.

3. Você sabe os motivos que levaram esses alunos a serem atendidos no SASE local?

É. Minha opinião é os pais trabalham. Acho que devia ter mais atenção ao tema. Para as mães não interessa. É um depósito.

4. Você conhece o trabalho realizado pelo SASE local? Sabe quais são os objetivos do atendimento oferecido pelo SASE local?

Não. Na minha opinião seria auxiliar o aluno no ensino-aprendizagem. Ajudar nas tarefas, nos temas.

5. Você tem alguma informação sobre o que as crianças adolescentes fazem durante o período em que permanecem no SASE?

Tem passeio. Atividades de recreação. Só coisas boas. Sei disso porque os alunos trazem bilhete para poderem faltar para irem aos passeios.

6. Você mantém algum vínculo ou contato com a educadora do SASE que atende seus alunos? Em que momentos? De quanto em quanto tempo? Sobre o que falam nos momentos de encontro?

Por acaso veio duas assistentes sociais, por causa do Bolsa Escola. Para ver se estão vindo na escola. Descobriram alunos que vão no SASE e não vem aqui. Alguns alunos já tínhamos feito FICAI. Esporadicamente tiveram pessoas aqui, dois anos atrás. Falamos sobre se os alunos vinham a escola. Alguns alunos vão so no SASE porque eles dão almoço/janta e lanche. Eles vão pela alimentação. Aqui na escola a merenda é menor.

Exatamente sobre cada aluno. Conversas com os alunos, professoras e educadoras. Motivos que não vão há escola.

7. Você considera necessário o atendimento oferecido pelo SASE? Por quê?

Sim. Porque o pouco que fazem ajuda. Porque não estão na rua. Mentes ocupadas.

8. Você percebeu ou percebe alguma mudança nas crianças e adolescentes desta escola que passaram a freqüentar o SASE? Poderia falar um pouco sobre isso?

Raramente. Não vejo. Não tem mudança. O trabalho do SASE seria as tarefas, eu não vejo.